

FACULDADE DE LETRAS
Universidade do Porto

GUIA DO ESTUDANTE

Ramo Educacional



EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO
1991/92

FACULDADE DE LETRAS
Universidade do Porto

GUIA DO ESTUDANTE

XII



EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO
1991/92

378(05)

Guia do Estudante da FLUP. RAMEUC.

Vol. 12, 1991-92

Publicação Anual

Dactilografia: Margarida Santos

Execução e Impressão: Oficina Gráfica

Tiragem: 100 exemplares

GUIA DO ESTUDANTE - 1991

INTRODUÇÃO

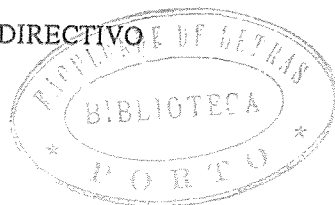
Esta 12ª edição do Guia do Estudante, referente ao ano lectivo de 1991-92, pretende continuar a cumprir os objectivos contemplados numa publicação deste tipo; fornecer o máximo de informação relevante a todos quantos integram a Faculdade de Letras do Porto.

Embora tendo como destinatário principal o corpo docente, o Guia será igualmente instrumento útil para docentes e funcionários, em áreas tão diversas como, por exemplo, as normas de avaliação, as possibilidades de utilização da Biblioteca Central e de outros serviços ou algumas das mais recentes publicações editadas no âmbito da FLUP. Mas serão os conteúdos programáticos das cadeiras leccionadas nos diversos cursos a componente dominante desta publicação, contribuindo necessariamente para uma melhor orientação dos alunos relativamente ao estudo das diferentes matérias.

Pretende assim o Conselho Directivo, para além da articulação sempre fundamental com os restantes órgãos de gestão e com a Associação de Estudantes, delinear as principais linhas de força do funcionamento da Faculdade em 1991-92 e sublinhar alguns dos direitos e deveres que os membros da FLUP terão no seu quotidiano e no seu horizonte.

Porto e Faculdade de Letras, Setembro de 1991

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO



ÓRGÃOS DE GESTÃO DA FACULDADE

Assembleia de Representantes
Conselho Directivo
Conselho Científico
Conselho Pedagógico
Conselho Administrativo
Conselho Consultivo.

SERVICOS DA FACULDADE

A - Secretaria

Sector de Matrículas e Inscrições
" de Equivalências
de Mudanças de Curso.

Horário normal de abertura ao público:
de 2ª a 6ª feira: 12H00 - 16H00
Encerra ao Sábado.

B - Tesouraria

Horário de atendimento:

de 2^a a 6^a feira: 9H30 - 11H30

14H30 - 16H30

Encerra ao Sábado.

C - Biblioteca Central

A Biblioteca Central constitui um serviço de fundamental importância da FLUP e por isso tem merecido uma atenção particular por parte dos Conselhos Directivos.

São utentes de direito da Biblioteca os docentes e os alunos da FLUP. Em casos devidamente justificados, porém, outras pessoas podem utilizar os seus serviços, nomeadamente a pesquisa na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase").

Para consulta das obras da Biblioteca Central os alunos devem possuir o cartão de leitor, revalidado todos os anos depois de efectuadas as inscrições.

1. Tipos de leitura:

a) de presença: na Sala de Leitura (horário afixado);

na Sala de Obras de Referência (livre acesso);

b) domiciliária: normas regulamentares afixadas na Sala de Leitura.

2. Sala dos Catálogos:

a) Onomástico

b) Didascálico

c) CDU (Classificação Decimal Universal)

c) Cardex (Publicações Periódicas)

d) "Porbase" (através do terminal ligado em linha à Base Nacional de Dados Bibliográficos)

e) Base de dados local.

Como aceder à Base Nacional de Dados Bibliográficos:

1. Digite: GEAC.
2. Carregue tecla ENTER.
3. Digite: CAT.
4. Siga as instruções que aparecem no écran.
5. Se tiver dificuldade, dirija-se ao funcionário da Biblioteca, que dará as indicações necessárias para estabelecer a ligação.

Nota. As obras entradas depois de 1988 encontram-se integradas no ficheiro da Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase"), pelo que não devem ser procuradas nos catálogos tradicionais.

Tanto os catálogos tradicionais como a "Porbase" incluem também obras de alguns Institutos e Centros sediados na Faculdade, identificáveis pelas respectivas siglas.

Como é de norma em todas as Bibliotecas, as obras classificadas de "Reservados", as de "referência" (dicionários, enciclopédias), as teses e as revistas e publicações periódicas não podem ser requisitadas para leitura domiciliária.

O mesmo se aplica às obras pertencentes ao "Fundo Primitivo".

3. Horário de leitura:

2^a a 6^a feira: 8H30 - 18H00
Sábado: 9H00 - 11H30.

4. Leitura de presença

4.1. Obras em depósito.

4.1.1. Para a leitura de presença, o leitor só pode requisitar 3 obras de cada vez.

4.2. Obras em livre acesso (Sala de leitura e de Referência)

4.2.1. A estas obras poderá o leitor aceder directamente, ficando estabelecido que não deverá voltar a colocá-las nas estantes, mas num local designado para esse efeito.

5. Leitura domiciliária

5.1. Podem ser requisitadas 3 obras diferentes simultaneamente.

5.2. O empréstimo de obras para leitura domiciliária processa-se entre

as 14h e as 18h e a sua devolução deverá ocorrer impreterivelmente 48 horas depois de terem sido requisitadas.

5.3. As requisições das mesmas obras podem ser renovadas, quando não haja prejuízo para outros leitores.

6. Os alunos invisuais dispõem do aparelho Optacon oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian e instalado na Biblioteca Central.

7. Estão disponíveis para pesquisa em CD-ROM diversas bases de dados cuja utilização obedece a um regulamento afixado na Biblioteca.

8. Serviço de informação bibliográfica da Biblioteca Central da Faculdade:

Boletim Bibliográfico (Semestral), 1979 ss.

Núcleo de Teses Existentes na Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo I", Porto, 1989.

Trabalhos de Docentes da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo II", Porto, 1989.

Núcleo das Obras que constituem o Fundo Ultramarino da Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo III", Porto, 1990.

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Norte-Americanos, "Boletim Bibliográfico - Anexo IV", Porto, 1990.

Bibliografia Temática:

1- "Biblioteconomia e Documentação", 1989.

2- "Educação, Pedagogia, Didáctica", 1989.

3- "Biblioteconomia, Documentação, Arquivística", 1989.

Boletim de Sumários, 1988 ss.

Reservados da Biblioteca Central, 1ª ed., 1989; 2ª ed., 1990

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Ingleses, Porto, 1991

Para além da Biblioteca Central, existem na Faculdade Institutos, Salas e Centros de Investigação (estes dependentes do INIC):

Instituto de Estudos Ingleses

" de Estudos Norte Americanos

" de Estudos Germanísticos

" de Geografia

" de Cultura Portuguesa

" de Arqueologia

- " de Documentação Histórica Medieval
- " de Filosofia e História da Filosofia
- " de História de Arte
- " de Língua Portuguesa
- " de Literatura Comparada
- " de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa
- " de Sociologia
- " de Ciências da Educação

Sala Francesa

- " Brasileira
- " Espanhola
- " Neerlandesa
- " de História Moderna
- " de História Medieval

Centro de História

- " de Linguística
- " de Estudos Semióticos e Literários.

Dependente da Reitoria da Universidade, mas sediado na FLUP, funciona o Centro Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA).

Obs.: O acesso de alunos a algumas destas unidades está condicionado, de acordo com as normas da direcção de cada uma delas.

C - Oficina Gráfica - Balcão de Vendas

Serviço de reprografia da Faculdade e de venda de publicações; apoia as actividades pedagógicas, de investigação e administrativas da escola. Preçário fixado pelo Conselho Directivo.

Horário de atendimento ao público:

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H30

Sábados: 9H00 - 12H30.

BAR

Presentemente, o serviço de cafeteria e de "snack" é assegurado por exploração dependente da Associação de Estudantes da Faculdade.

Horário:

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H00

Encerra ao Sábado, normalmente.

PARQUE DE ESTACIONAMENTO

Reservado aos elementos da FLUP. Entrada pela Travessa de Entre Campos. Possui zonas demarcadas, que devem ser respeitadas para comodidade de todos. Chama-se particular atenção para a área reservada à viatura da Faculdade, que deve manter-se sempre desimpedida.

No interior do parque aplicam-se todas as normas jurídicas sobre responsabilidade civil por danos causados a terceiros.

Horário:

2ª a 6ª feira - 7H30 - 23H00

Sábados- 7H30 - 13H00.

ACTIVIDADE ESCOLAR

A. Cursos de Licenciatura

História (Variante Arte; Variante Arqueologia)

Filosofia

Línguas e Literaturas Modernas (Est. Port; Est. Port/Franc; Est. Port/Ingl; Est. Port/Alem; Est. Ingl/Alem; Est. Franc/ Alem; Est. Franc/Ingl.)

Geografia

Sociologia.

B - Cursos Profissionalizantes:

a) Ramo educacional:

regime transitório

regime normal (3º e 4º anos).

b) Tradução (regimes transitório e normal).

C - Cursos de pós-graduação:

a) Mestrados: História Medieval

História Moderna e Contemporânea

História da Arte

Arqueologia

b) Curso de Especialização em Ciências Documentais - Opção "Bibliotecas e Documentação"; Opção "Arquivos"

D - Curso de Português para Estrangeiros.

INDICAÇÕES PEDAGÓGICAS (Síntese):

Os alunos devem ter em atenção o regime e tabela de precedências em vigor, assim como as Normas de avaliação aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

1. RAMO EDUCACIONAL:

Regime transitório:

1º ano:

a) obrigatoriedade de frequência mínima a 2/3 das aulas;

b) os alunos que concluem a licenciatura têm direito a candidatar-se à inscrição no 1º ano no primeiro curso aberto após a conclusão da licenciatura;

c) equivalências concedidas:

em Filosofia: Filosofia da Educação e Introdução às Ciências da Educação;

em LLM: Didáctica da Língua Inglesa e Metodologia do Inglês.

2º ano:

- a) estágio nos locais fixados pela Direcção Regional de Educação do Norte;
- b) seminário semanal na Faculdade (3 horas);
- c) admissão ao estágio com aproveitamento em todas as disciplinas do 1º ano (na época de Julho; os alunos que terminam o 1º ano do regime transitório na época de Setembro em princípio só podem concorrer a lugares de estágio em Julho do ano seguinte).

Regime normal (Port. 850/87):

1. Candidaturas à inscrição, no 3º ano, nas disciplinas de:
"Introdução às Ciências da Educação" (ICE), em todos os cursos,
e
"Psicologia e Desenvolvimento da Aprendizagem" (PDA), em História e Filosofia.

2. Para poder candidatar-se ao ramo educacional - regime normal - o aluno deve estar em condições de passagem para o 3º ano do curso (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso).

3. A média para seriação dos candidatos é calculada com base nas classificações da totalidade das disciplinas do 1º e do 2º ano, menos duas (se o aluno não tem disciplinas em atraso), ou menos uma (se só tem uma em atraso).

Obs.: Para os efeitos indicados no número precedente, não são levadas em conta as classificações mais baixas obtidas pelo aluno até à data.

Notas:

I - O regulamento dos estágios da FLUP, com a fórmula para o cálculo da classificação final, encontra-se publicado na Port. 659/88.

II - Os alunos devem ler com cuidado todos os avisos afixados sobre esta matéria antes de se dirigirem à Secretaria.

III - Informa-se que a Unidade de Apoio aos Alunos Deficientes (UAAD), da Pró-Reitoria da Universidade (Acção Social Universitária e Assistência Médica), presta apoio psico-social e médico-pedagógico aos estudantes invisuais. Neste âmbito a UAAD promove também a passagem de textos de apoio em Braille, com a colaboração da Associação de Cegos do Norte de Portugal.

No que concerne a aquisição do material específico, por parte destes alunos, dispõem os mesmos de cassetes, a preço mais acessível, no Centro de Documentação e de material didáctico dos Serviços Sociais da Universidade do Porto (SSUP).

Mais se informa que a Pró-Reitoria aguarda uma resposta da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sobre uma proposta de colaboração para a gravação de textos de estudantes invisuais da Universidade do Porto.

2. CURSOS DE TRADUÇÃO - Para alunos de LLM (Port. 850/87):

Regime transitório:

a) possibilidades:

Variante de Est. Port./Ingl - Trad. Port./Ingl.

" Est. Port./Franc. - Trad. Port./Franc.

" Est. Franc./Ingl. - Port./Ingl ou Port./Franc.

" Est. Ingl./Alem. - Port./Ingl. ou Port./Alem.;

b) podem candidatar-se os interessados que possuam a licenciatura nas variantes atrás indicadas (e nas condições fixadas na Port. 850/87), devendo fazê-lo nos dois primeiros concursos abertos após a conclusão desse grau.

Regime normal - 3º e 4º anos de todas as variantes de LLM com línguas estrangeiras

a) Possibilidades: todas as variantes de LLM que integrem línguas estrangeiras.

b) Critérios de selecção:

os candidatos devem estar em condições de passagem para o 3º ano (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso e desde que nenhuma delas seja a língua em que o interessado pretende fazer o Curso de Tradução).

INDICAÇÕES ACADÉMICAS (Síntese):

1. No prazo de 7 dias a contar da afixação do respectivo aviso (ou pauta) ou da data do correio, os alunos devem dar cumprimento aos deferimentos favoráveis exarados nos requerimentos que tenham apresentado à Faculdade.

2. Reingressos, transferências, mudanças de curso:
Editais afixados em 8 de Outubro (inclusive)
Inscrições: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)
Reclamações: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)
3. Mudança de variante em LLM: os pedidos dos alunos da FLUP só podem ser considerados depois de terem completado todas as disciplinas do 1º ano em que se inscreveram.
4. Curso de Ciências Documentais (pós-graduação) - as disciplinas em atraso do curso anterior podem ser feitas no curso seguinte.

Notas:

1. Para as restantes informações, devem os alunos consultar o folheto Indicações Úteis aos Alunos, difundido gratuitamente pela Universidade do Porto.
2. Chama-se a especial atenção dos alunos para os avisos sobre a micro-radiografia.

NORMAS DE AVALIAÇÃO

(Aprovadas pelo Conselho Pedagógico em 19.7.91)

No desempenho das funções que lhe competem segundo os Estatutos da Universidade do Porto e os Estatutos da Faculdade de Letras e de acordo com a legislação em vigor, o Conselho Pedagógico aprovou as Normas de Avaliação de Conhecimentos para o ano lectivo de 1991-1992. Estas Normas contêm algumas alterações de fundo relativamente às normas vigentes no ano anterior, por se ter entendido que era necessário reajustar alguns dos critérios às necessidades que a prática pedagógica demonstrou existirem. Em alguns outros casos entendeu-se por bem ser-se mais claro e rigoroso na formulação dessas mesmas normas; finalmente, o Conselho achou útil reordenar as várias cláusulas, a fim de tornar mais simples e operacional a sua consulta.

A. MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Artº 1º - Caracterização das modalidades de avaliação

1. Admitem-se as seguintes modalidades de avaliação:

- a. Avaliação contínua.
- b. Avaliação periódica.
- c. Avaliação final.

2. No âmbito destas três modalidades de avaliação há ainda a considerar que certas disciplinas funcionam com provas de tipo especial, tais como:

- a. Trabalhos de campo.
- b. Trabalhos de investigação.

3. Fora do âmbito das três modalidades de avaliação referidas, há ainda o caso especial das disciplinas que funcionam em seminário e que têm requisitos especiais regulamentados separadamente.

4. Poderá existir uma combinação de avaliação contínua com avaliação periódica ou final nos termos do ponto A, artigo 4ª das presentes normas.

Artº 2º - Apresentação do plano de avaliação

1. No início do ano lectivo, ao apresentar o programa da disciplina, deverá o docente apresentar o plano de avaliação e dialogar com os alunos acerca dos seus diferentes aspectos, com explicitação dos objectivos pedagógico-didáticos, modalidades de avaliação, critérios, e instrumentos de avaliação a utilizar.

2. Este plano de avaliação terá em conta as condições concretas de funcionamento de cada disciplina, nomeadamente:

- a. Número de alunos.
- b. Número de docentes.
- c. Natureza da disciplina e conteúdos leccionados.

3. Todos os alunos devem tomar conhecimento desde o início do ano lectivo do plano de avaliação de cada uma das disciplinas em que estão inscritos. Em caso algum poderão invocar desconhecimento desse plano nos momentos de avaliação.

B. AVALIAÇÃO CONTÍNUA

Artº 3 - Tipos de provas

1. A modalidade de avaliação contínua consiste na realização complementar ou em alternativa de vários tipos de provas: trabalhos escritos e orais, relatórios de leitura ou de trabalho de campo, elaboração de bibliografias críticas, testes escritos e orais, ou outras.

2. Uma das provas tem de ser um teste escrito realizado na própria sala de aula e em presença do docente.

3. Os alunos devem ser e estar claramente informados sobre qual o número mínimo de provas necessárias para a aprovação.

4. Os alunos devem ser e estar informados sobre todos os elementos de avaliação, incluindo os trabalhos orais e a participação oral nas aulas, assim como dos critérios de ponderação adoptados.

5. As classificações de avaliação contínua devem ser regularmente comunicadas ao aluno.

6. As classificações de avaliação contínua são ponderadas em números inteiros na escala de 0 a 20 para efeitos de afixação nas pautas oficiais, conforme o estipulado no artigo 18º destas normas.

Artº 4 - Funcionamento das aulas

1. A avaliação contínua pode ser realizada em qualquer tipo de disciplina, em turmas cuja frequência média não exceda 30 alunos.

2. Em certos casos pode haver alteração desse número mediante prévia autorização do Conselho Pedagógico.

3. De modo a possibilitar a realização da avaliação contínua, as disciplinas podem ser organizadas em turmas teóricas e turmas práticas (1 teórica + 2 ou 3 práticas), sem prejuízo da carga horária prevista na distribuição de serviço dos docentes e mediante acordo prévio do Conselho Directivo no que respeita à ocupação de salás.

4. Caso exista uma nítida distinção entre aulas teóricas e aulas práticas, uma mesma disciplina pode funcionar simultaneamente com dois tipos de avaliação: avaliação periódica ou final relativamente às aulas teóricas; avaliação contínua relativamente às aulas práticas. Em caso de avaliação negativa na componente teórica, a classificação que o aluno tenha obtido na componente prática em avaliação contínua, desde que positiva, é considerada até à época de recurso ou especial do mesmo ano lectivo.

5. As disciplinas ou turmas que funcionam no regime de avaliação contínua podem ter aulas durante a interrupção motivada pelas primeiras provas de avaliação periódica, mediante acordo entre professor e alunos.

Artº 5 - Exigência de presença às aulas

1. A avaliação contínua obriga à presença do aluno no mínimo em 2/3 das aulas.
2. A presença dos alunos é verificada pela assinatura de folhas de presença, sob a responsabilidade do docente.
3. Na situação dos números 3 e 4 do artigo 4º, os alunos ficam obrigados a este regime de presenças apenas em relação às aulas práticas.

Artº 6 - Inscrição e desistência

1. A inscrição nesta modalidade de avaliação é feita no decurso do primeiro mês de funcionamento da disciplina.
2. Os alunos podem desistir da avaliação contínua, tendo direito a submeter-se à avaliação final na época normal primeira época, até ao fim do primeiro período de avaliação periódica, no caso das línguas vivas; e até à primeira aula da disciplina a seguir às férias da Páscoa, nas restantes disciplinas.
3. A desistência efectua-se por comunicação escrita, datada e assinada e entregue pessoalmente ao professor.

Artº 7 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação contínua é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme o estipulado nos artigos 13º e 15º das presentes normas.

C. AVALIAÇÃO PERIÓDICA

Artº 8 - Tipos de provas

1. O número de provas a realizar é no mínimo de duas, sendo uma obrigatoriamente na presença do docente e podendo a outra ser um trabalho realizado fora da aula, desde que previamente acordado entre docente e aluno.
2. Nas disciplinas em que se entenda necessária a realização de trabalhos práticos ou de campo, estes terão um estatuto próprio e a sua realização deve ser previamente acordada entre docente e alunos, assim como os critérios e a ponderação da avaliação respectiva.
3. Quaisquer outras provas, orais e escritas, que venham a ser realizadas no âmbito de cada disciplina são facultativas excepto no caso das línguas vivas conforme o estipulado no artigo 12º.
4. As provas só podem incidir sobre matéria leccionada até 8 dias

antes da sua realização.

5. Sempre que as classificações das provas que excedam o número mínimo de duas sejam consideradas para efeito de média final, devem ser publicadas em pauta como as restantes.

Artº 9 - Repescagem

1. Os alunos em avaliação periódica têm direito, nas condições abaixo indicadas, a uma prova de repescagem a realizar simultaneamente com a primeira chamada do exame final da época normal.

2. A nota de uma das provas de avaliação periódica tem de ser obrigatoriamente positiva para o aluno poder realizar a prova de repescagem.

3. Os alunos que tenham obtido uma nota igual ou inferior a sete valores numa das provas, ou a ela tenham faltado, têm direito a repescagem sobre a matéria respeitante àquela prova nas condições do ponto 2.

4. Não realizam prova de repescagem os alunos que tenham obtido numa das provas 8 ou 9 valores desde que a média final das notas seja positiva.

5. A nota obtida na prova de repescagem anula a nota da prova que substitui.

6. Em caso algum a prova de repescagem se destina a melhoria de nota.

7. Para que os alunos se considerem aprovados em avaliação periódica, a média final tem de ser positiva e em nenhuma das provas obrigatórias a nota pode ser igual ou inferior a sete valores.

Artº 10 - Inscrição e desistência

1. A inscrição do aluno nesta modalidade de avaliação considera-se efectiva pela sua presença na primeira prova de avaliação periódica.

2. Alunos que não compareçam à primeira prova, mas queiram optar por esta modalidade de avaliação, devem informar o responsável da cadeira até dez dias úteis após o reinício das aulas.

3. Presume-se que um aluno que não cumpra com o disposto em nenhum dos dois pontos acima referidos optou pela modalidade de avaliação final.

4. Um aluno que não compareceu à segunda prova de avaliação periódica perde, por isso, o direito a esta modalidade de avaliação salvo se comunicar ao professor até três dias úteis após a realização da mesma que tenciona manter-se nesta modalidade.

5. Presume-se que um aluno que não cumpra com o procedimento referido no ponto 4 deste artigo optou pela avaliação final.

6. A desistência de uma prova durante a sua realização equivale à

classificação de zero valores.

7. Um aluno que compareça a duas ou mais provas de avaliação periódica perde o direito à desistência desta modalidade de avaliação, não podendo realizar exame final na época normal.

Artº 11 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno em avaliação periódica que não tenha tido classificação positiva na primeira prova, compareça à segunda e não tenha igualmente classificação positiva nesta ou dela desista, considera-se reprovado.

2. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação periódica é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme os artigos 13º e 15º das actuais normas.

Artº 12 - Tipos de provas em línguas vivas

1. Sem prejuízo do exposto nos artigos 8º, 9º e 10º, a avaliação periódica consta de dois tipos de provas: escritas e orais.

2. As provas escritas são em número de duas e precedem a oral, obrigando a uma média mínima de nove valores, sendo uma delas obrigatoriamente positiva.

3. Cabe aos docentes fixar o momento de realização, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a fixação dos resultados das provas escritas, segundo o estipulado no artº 19.

4. A classificação final deve obter-se pela média entre a nota da prova oral e a média alcançada nas provas escritas e segundo o estipulado no artigo 18º destas normas.

5. Em línguas vivas a prova oral funciona sempre como uma prova autónoma com a finalidade de avaliar a capacidade de expressão oral do aluno, não podendo nunca ser entendida como prova de repescagem das provas escritas.

6. Para efeitos de média final nenhuma das três provas realizadas pode ter uma classificação inferior a oito valores.

D. AVALIAÇÃO FINAL

Artº 13 - Tipo de provas

1. O exame final é constituído por uma prova escrita e, se necessário ou requerido, uma prova oral, devendo aquela anteceder sempre esta.

2. Na época normal de exames finais realizam-se duas chamadas por

cada disciplina nas provas escritas, sendo esse número de apenas uma nas restantes épocas, isto é, época de recurso e época especial.

3. Nas disciplinas em que seja obrigatória a realização de uma prova prática no exame final, esta poderá ser substituída por um trabalho prático ou de campo previamente realizado ao longo do ano lectivo, desde que para tal haja acordo entre professor e aluno; a ponderação desse trabalho na nota final deverá corresponder à da parte prática do exame final.

4. Segundo o artº 9 da Portaria nº886/83 de 22 de Setembro e resolução do Conselho Científico da FLUP de 28 de Maio de 1984, os alunos podem realizar exames a duas disciplinas anuais ou quatro semestrais na época de recurso.

5. Segundo as mesmas portaria e resolução referidas no ponto anterior, na época especial (normalmente em Dezembro), os alunos podem prestar provas de exame final a duas disciplinas anuais ou quatro semestrais (no máximo), desde que com a aprovação em tais disciplinas reúna as condições necessárias à obtenção de grau ou diploma.

Artº 14 - Exames para melhoria de classificação

1. Os alunos podem requerer melhoria de classificação numa das duas épocas consecutivas àquela em que tenham obtido aprovação na respectiva disciplina.

2. Os alunos que desejem fazer exames para melhoria de classificação no ano seguinte àquele em que obtiveram a passagem nas disciplinas respectivas, têm de se cingir aos programas leccionados durante o ano lectivo em que terá lugar o novo exame e de prestar provas com o docente ou docentes que ministrarem os referidos programas.

3. Os alunos podem requerer melhoria de classificação relativamente a qualquer disciplina e sem restrição numérica de disciplinas.

4. No exame para melhoria de nota prevalece a classificação mais elevada.

Artº 15 - Provas orais em avaliação final

1. As provas orais devem realizar-se em salas de aula abertas ao público e perante um júri constituído por um número mínimo de dois docentes ligados à área da disciplina.

2. Cabe aos docentes determinar o momento da realização da prova oral, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita correspondente.

3. A nota mínima de admissão à prova oral é de oito valores, tendo

em conta os arredondamentos fixados no artº 18.

4. Os alunos que obtenham na prova escrita nota igual ou superior a dez valores ficam dispensados da prova oral sem que, no entanto, lhes seja vedado requerê-la no prazo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita.

5. Sempre que se realize uma prova oral em avaliação final, o resultado será a média obtida entre a nota da prova escrita e a nota da prova oral, arredondada para números inteiros, na escala 0 a 20, segundo o estipulado no artº 18.

6. Nas disciplinas de línguas vivas a prova oral é sempre obrigatória, excepto no caso referido no ponto 3 deste artigo.

7. O regime de obrigatoriedade da prova oral pode ser estendido a qualquer outra disciplina que não as línguas por decisão do Conselho Pedagógico, sob proposta do responsável pela disciplina e ouvido o Conselho Científico.

E. TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO E SEMINÁRIOS

Artº 16 - Definição de trabalho de investigação

1. Considera-se um trabalho de investigação um trabalho em que haja pesquisa bibliográfica e documental original e individualizada e cuja apresentação e dimensão obedeça a certos requisitos mínimos previamente acordados entre docente(s) e aluno ou grupo de alunos.

2. Os critérios, métodos, prazos e formas de realização devem ser discutidos com o docente no início da realização do trabalho; o docente deve acompanhar de perto a elaboração do trabalho em todos os seus trâmites.

3. Os alunos pertencentes a um mesmo grupo de trabalho podem ter uma classificação diferenciada em função da sua participação individual desde que essa diferenciação seja objectivamente fundamentada e esta possibilidade tenha sido comunicada pelo docente no início do trabalho.

Artº 17 - Seminários

1. Os seminários são disciplinas incluídas nos currícula das licenciaturas e designadas enquanto tal nos termos da legislação em vigor.

2. Para efeitos de avaliação, docente e aluno ficam obrigados a participar num número de reuniões a determinar no início do seminário.

3. A avaliação a realizar nessas reuniões é de natureza qualitativa.

4. Para todos os efeitos consideram-se essas reuniões equivalentes a provas de qualquer outro sistema de avaliação ainda que sem prejuízo dos

trabalhos a realizar.

5. Os trabalhos de investigação realizados no âmbito dos seminários obedecem às normas estipuladas no artigo 16.

F - APRESENTAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E SUA APLICAÇÃO

Artº 18 - Forma de apresentação das classificações

1. Todas as notas relativas a provas ou a trabalhos que servem de fundamento à classificação final são publicadas sob a forma de nota quantitativa (escala de 0 a 20) em pautas datadas e assinadas pelo docente da disciplina.

2. As classificações afixadas em pauta são apresentadas em números inteiros.

3. Para o cálculo de médias finais as décimas são arredondadas à unidade por defeito até ao meio valor, exclusive, e por excesso a partir do meio valor, inclusive.

4. Quaisquer outras escalas utilizadas pelo docente no âmbito das suas classificações terão de ser convertidas à escala referida nos pontos anteriores para efeitos de classificações finais e periódicas.

Artº 19 - Prazos de afixação das classificações

1. Os resultados da primeira prova de avaliação periódica devem ser afixados até, no máximo, 30 dias antes da realização da segunda prova de avaliação periódica.

2. Os resultados da segunda prova de avaliação periódica devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização da prova de repescagem respectiva.

3. Os resultados dos exames devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização das provas orais respectivas, com indicação explícita do dia e hora em que estas se realizam.

4. Os resultados das provas orais devem ser afixados no próprio dia em que as provas se realizaram.

5. Os resultados dos exames da época de recurso devem ser afixados até 24 horas antes da data do início do prazo das inscrições nas disciplinas do ano lectivo seguinte.

6. Estes prazos vigoram sem prejuízo de quaisquer outros que os Conselhos Pedagógico e Directivo venham a determinar e publicitar em tempo oportuno.

G - CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO E CONSULTA DAS PROVAS

Artº 20 - Consulta das provas

1. Os alunos têm direito de consultar as suas provas e outros elementos de avaliação depois de classificadas, desde que na presença do docente.

2. Em caso de prestação de prova oral os alunos têm o direito de conhecer a classificação da prova escrita correspondente.

3. Caso o Conselho Pedagógico considere existir alguma irregularidade processual nas classificações ou lhe seja remetido algum requerimento apontando tais irregularidades, tomará as providências que entender necessárias no sentido de resolver a situação.

Artº 21 - Condições de prestação de provas e casos de fraude

1. No início de cada prova o docente deve informar claramente os alunos acerca das condições de prestação da prova.

2. Em caso de fraude comprovável o docente deve anular a prova e comunicar o facto ao Conselho Pedagógico.

3. Caso haja apenas suspeitas de fraude deve o docente comunicar todas as informações sobre a sua fundamentação ao Conselho Pedagógico, o qual tomará posição depois de ouvidas todas as partes envolvidas.

4. No caso de fraude grave comprovada o Conselho Pedagógico comunicará o facto à secção disciplinar do Senado Universitário.

Artº 22 - Identificação dos alunos no momento de prestação de provas

1. Os docentes encarregados de vigiar quaisquer provas têm o direito de exigir aos alunos documento comprovativo da sua identidade.

2. Os docentes encarregados de vigiar provas de avaliação periódica e exames finais devem fazer circular uma folha de presenças e recolher as assinaturas de todos os alunos presentes; essa folha de presenças devidamente datada e rubricada, deve ser entregue ao docente responsável da disciplina juntamente com as provas respectivas.

H - CALENDÁRIO DE PROVAS

Artº 23 - Direito a reclamação relativa ao calendário de provas

1. Dadas as dificuldades na elaboração do calendário nos cursos com múltiplas variantes, está previsto um prazo para reclamações relativas a

coincidência de provas de disciplina do mesmo ano. O prazo é de 48 horas (dias úteis) depois de afixados o calendário das provas.

2. As reclamações devem ser dirigidas ao Presidente do Conselho Pedagógico e entregues à Secretaria da Faculdade; o Presidente do Conselho Pedagógico delegará num ou mais membros deste Conselho o poder de resolução destas situações.

Calendário das provas em 1991-1992

(Aprovado na reunião do Conselho Pedagógico de 12.07.91)

Avaliação periódica:

Primeiras provas: de 10 a 29 de Fevereiro de 1992 (Reinício de aulas: 5 de Março de 1992)

Segundas provas: de 1 a 17 de Junho de 1992. (As orais de Línguas vivas poderão recair entre 17 e 25 de Junho de 1992.)

Fim de aulas: 30 de Maio de 1992

Exame final:

Época normal: de 25 Junho a 13 de Julho de 1992. (Entrega de termos até 20 de Julho de 1992.)

Época de recurso: de 10 a 25 de Setembro de 1992

A proposta de as provas das cadeiras específicas do Ramo Educacional serem realizadas dentro do prazo das restantes foi aprovada pelo do Conselho Pedagógico em 19/07/91.

PUBLICAÇÕES:

1. REVISTAS

Revista de Faculdade de Letras:

História, II série: 1984 ss.

Filosofia, II série: 1985 ss.

Línguas e Literaturas, II série: 1984 ss.

Geografia, 1985 ss.

Portugalia (Instituto de Arqueologia), nova série, 1980 ss

Runa. Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos (Coedição do Instituto de Estudos Germanísticos da FLUP), 1984 ss.

Revista Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos (Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto), 1990 ss.

2. OUTRAS PUBLICAÇÕES:

Bibliografia Cronológica da Espiritualidade em Portugal. 1501-1700, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo II", 1988

Duas Línguas em Contraste: Português e Alemão. Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1988), Porto, Faculdade de Letras-Instituto de Estudos Germanísticos, "Línguas e Literaturas - Anexo III", 1989

FARDILHA, Luís Fernando de Sá - Poesia de D. Manoel de Portugal. I - Prophana, Edição das suas fontes, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo IV", 1991

"Fundo Primitivo" da Biblioteca Central. 1919-1928, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto; 1989

Problemáticas em História Cultural (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

3. TRABALHOS PUBLICADOS EM COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES:

FERNANDES, José Alberto V. Rio - A Foz. Contribuição para o Estudo do Espaço urbano do Porto, Porto, INIC/FLUP, 1985

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - O Desembargo Régio (1230-1433), Porto, INIC/Centro de História (UP), "História Medieval - 5", 1990

MARQUES, Helder - Região Demarcada dos Vinhos Verdes. Ensaio de Geografia Humana, Porto, INIC/FLUP, 1985

MARQUES, João Francisco - A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina, Porto, INIC/Centro de História (UP), "História - 6", 1986

MARQUES, João Francisco - A Parenética Portuguesa e a Restauração - 1640-1668: 2 vols., Porto, INIC/Centro de História (UP), "História Moderna e Contemporânea - 2", 1988

PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro - Abordagem a Alguns Aspectos

da Compreensão Verbal na Criança. Estudo Psicolinguístico do "Token Test" e de Materiais de Metodologia Complementar, Porto, INIC/Centro de Língua (UP), "Linguística - 8", 1988

3.1. Com o NÚCLEO DE ESTUDOS FRANCESES DA UNIVERSIDADE DO PORTO:

3.1.1. REVISTA:

Intercâmbio, 1990

3.1.2. OUTRAS PUBLICAÇÕES:

BRITO, Ferreira de - Nas Origens do Teatro Francês em Portugal, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - Revolução Francesa. Emigração e Contra-Revolução, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - Voltaire na Cultura Portuguesa. Os Tempos e os Modos, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1991

3.2. Com a BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO:

EIRAS, Adriano - Faculdade de Letras do Porto 1919-1931. Contribuição para a sua História, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989

PUBLICAÇÃO DE ACTAS DE COLÓQUIOS E CONGRESSOS REALIZADOS OU PARTICIPADOS PELA FLUP:

O Porto na Época Moderna (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1979), "Revista de História", Porto, INIC/Centro de História UP, vol. II, 1979, vol. III, 1980

Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste (Novembro de 1983), "Portugalia", Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Arqueologia, nova série, IV-V, 1983-1984

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1984), Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia (CENPA), 1986

II Jornadas Luso - Espanholas de História Medieval (Novembro de 1985), 3 vols., Porto, Centro de História UP/INIC, 1987, 1989

Problemáticas em História Cultural (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

I Congresso de Literaturas Marginais (Faculdade de Letras do Porto, Abril de 1987) (No prelo)

Victor Hugo e Portugal. Actas do Colóquio (No Centenário da sua Morte) (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Ed. subsidiada pela Fundação Eng. António de Almeida e pela Fondation Calouste Gulbenkian, 1987

Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Ingleses, 1988)

La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Association Internationale des Sociologues de Langue Française - Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto, 1988)

Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua época", 5 vols., Porto, Universidade do Porto - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989

Encontro de Literatura Suíça (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1989), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, 1989

Eça e "Os Maias", I Encontro Internacional de Queirozianos (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1988), Porto, Edições ASA, 1990

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA FACULDADE (Divulgação interna):

CONSELHO DIRECTIVO:

Guia do Estudante, Porto, 1980/81 ss.

Faculdade de Letras, 1988-1989, Porto, 1989

Dissertações Académicas, Porto, 1991

PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS NORTE DE PORTUGAL - AQUITÂNIA (CENPA):

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia, Porto, Universidade do Porto - Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1986

PEREIRA, Gaspar Martins - O Douro. A Vinha, o Vinho e a Região de Pombal a João Franco, Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1990

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO (AEFLUP):

1. Revista

Humanidades, 1982 ss.

PROGRAMAS

NOTA: Os programas que se seguem encontram-se aprovados pelo Conselho Científico para o ano lectivo de 1991-92. As indicações constantes das bibliografias são da responsabilidade dos respectivos docentes.

INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Docentes: Prof. Doutor Adalberto Dias Carvalho

Dr^a Eugénia Vilela

Dr^a Paula Cristina Pereira

Dr^a Maria João Couto

Dr^a Elsa Cerqueira

1. Problemática histórica e sociológica

1.1. A educação como um direito social e humano.

1.2. A isitucionalização escolar da educação.

1.2.1. Algumas teses sobre o estatuto da escola

1.3. A relação Escola/Cultura/Sociedade: as principais perspectivas da Sociologia da Educação.

1.3.1. O papel da cultura escolar.

1.4. Gênese e desenvolvimento dos modelos educativos e escolares:

1.4.1. Matrizes culturais da educação contemporânea.

1.4.2. Evolução do estatuto da função docente e a emergência de um saber educacional específico.

2. Problemática pedagógica

2.1. A crise da pedagogia tradicional: seu sentido e actualidade.

2.2. O debate pedagogias da essência/pedagogias da existência; directividade/ não directividade; pedagogias da hetero- estruturação, da autoestruturação e da interestruturação.

2.3. Características e significado das pedagogias do projecto.

2.4. A formação de professores: o desafio da formação-inves-tigação.

2.5. Por uma pedagogia da complexidade ...

3. Problemática epistemológica

3.1. Aspectos da evolução recente da investigação educacional.

3.1.1. O processo de definição da educação como objecto de estudo científico.

3.1.2. O debate qualitativo-quantitativo.

3.2. Quadro geral das Ciências da Educação.

3.2.1. A questão da identidade, da autonomia e da abertura das Ciências da Educação.

4. Problemática antropológica

- 4.1. A educabilidade como dimensão antropológica.
- 4.2. Reprodução, criatividade e cultura escolar.
- 4.3. Projecto e utopia.
- 4.4. O corpo social e o corpo pedagogizado.
- 4.5. Razão e imaginação.
- 4.6. Liberdade e autoridade.
- 4.7. Recompensas e punições: um sentido antropológico.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

AVANZINI, G - A pedagogia no século XX, Lisboa, Moraes, 1978.

CARVALHO, A.- Epistemologia das Ciências da Educação, Porto, Afrontamento, 1988.

CLAUSSE, A.- A relatividade educativa. Esboço de uma história e de uma filosofia da escola, Coimbra, Almedina, 1976.

DE LANDSHEERE, G.- A investigação experimental em Pedagogia, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986.

FORQUIN, J.C. - École et Culture, Bruxelas, Ed. de Bocck--Wesmaes, 1989

MIALARET, G. - As Ciências da Educação, Lisboa, Moraes, 1976.

NÓVOA, A. - Le temps des Professeurs

NOT, L.; BRU, M. (sob direcção de) - Où va la pédagogie du project?, Toulouse, Ed. Universitaire du Sud, 1987.

NOT, L. (sob direcção de) - Une science spécifique pour l'éducation?, Toulouse, Publi. de L'Univ. de Toulouse-le-Mirail, 1984.

RESWEBER, J. P. - Les pédagogies nouvelles, Paris, P.U.F., 1986.

SYNDERS, G. - Para onde vão as pedagogias não directivas?, Lisboa, Moraes, 1976.

SUCHODOLSKI, B. - A pedagogia e as grandes correntes pedagógicas, Lisboa, Livros Horizonte, 1972.

ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

Docentes: Dr^a Fernanda Figueira

Dr. Raul Cunha

Dr^a Olga Lima

Dr. Luís Antunes

I. Introdução

Sem preterir a vertente pragmática, implícita no âmbito da teoria curricular, quer a nível da organização, quer do seu desenvolvimento, pareceu-nos conveniente reforçar a componente teórica. Tal orientação coloca-nos em sintonia com o pensamento de L. STENHOUSE, segundo o qual o professor deve aliar à prática lectiva a investigação.

KEMMIS insiste neste ponto que é, de resto, o fundamento de uma das várias metateorias da teoria curricular.

O professor carece de uma sólida base teórica que lhe permita investigar num campo - o da educação - onde permanecem "black boxes" plurais, cujo interior pode e deve ser pesquisado.

É claro que este rumo implica sólido investimento na investigação científica.

A disciplina de Organização e Desenvolvimento Curricular, abrangendo, de certa forma, todo o sistema de ensino, proporciona um espaço de análise crítica do processo de ensino-aprendizagem, sensibilizando os novos docentes para a necessidade de racionalizarem e sistematizarem cientificamente o seu ensino.

II. Objectivos

- Desenvolver atitudes de reflexão e de investigação científica.
- Reflectir sobre os actuais modelos de educação.
- Relacionar educação com o processo ensino-aprendizagem.
- Adquirir os conhecimentos fundamentais do Currículo, seus fundamentos, desenvolvimento e avaliação.
- Analisar os diferentes modelos de ensino.
- Compreender a existência das várias orientações curriculares.
- Justificar, a partir da teoria curricular, as decisões na acção didáctica.
- Aplicar o processo de desenvolvimento curricular a situações concretas.

III. Conteúdos Programáticos

1. Análise sistémica da Educação.

1.1. A T.G.S.

1.2. A sistémica como tecnologia.

1.3. A entropia e a redundância.

1.4. Sistémica e modelos.

1.5. Educação sistémica e comunicação.

2. Problemática conceptual do currículo.

2.1. Natureza e teoria do currículo.

2.2. Metateorias da teoria curricular.

2.3. Metateorias, teorias do currículo e reprodução cultural.

2.4. Os códigos curriculares.

2.5. Conceitos de currículo.

2.6. Componentes do currículo: objectivos, conteúdos, estratégias, planificação e avaliação.

3. Organização e desenvolvimento curricular.

3.1. Modelos de organização e de desenvolvimento curricular.

3.2. Modelos teóricos.

3.2.1. Modelos de TYLER e de TABA.

3.2.2. Modelos sistémicos.

3.2.3. Modelo integrador.

3.3. Desenvolvimento curricular e formação de professores.

3.4. Organização escolar.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

APPLE, M. W. - Ideologia y Currículo, trad. Rafael Lassaletta, Madrid, Akal, 1986

BALLANTI, G. - Modelli di Apprendimento e schemi di insegnamento, Teramo, Lisciani e Giunti, 1989

CORTESÃO, L.; TORRES, M. - Avaliação pedagógica I e II, Col. Ser professor, Porto, Porto Editora, 1983

D'HAINAUT, L. - Educação. Dos fins aos objectivos, Coimbra, Almedina, 1980

KELLY, A.V. - O currículo: teoria e prática. S. Paulo, Habra, 1980

LANDSHEERE, V.; LANDSHEERE, G. - Definir os objectivos da educação, Lisboa, Morais, 1977

LANDSHEERE, G. - Avaliação Contínua e Exames: Noções de Docimologia, Coimbra, Almedina, 1979

MARAGLIANO, R.; VERTECCHI, B. - La programmazione didattica, Roma, Riuniti, 1986

POCZTAR, J. - Analyse systématique de l'éducation: essai, Paris, E.S.F., 1989

STENHOUSE, L. - An introduction to curriculum research and development, London, H.E.B., 1981

TENBRINK, T. - Evaluation: a practical guide for teachers, New York, Mc Graw-Hill, 1984

ZABALZA, M. A. - Diseño y desarrollo curricular, Madrid, Narcea, 1987

NOTA. A bibliografia específica será oportunamente fornecida.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM

Docentes: Prof. Doutor Leandro S. Almeida
Dr^a Fernanda Martins
Dr. Eurico Marques da Silva
Dr^a Bárbara Figueiredo
Dr^a Fátima Morais

1. Objectivos gerais

- Situar o estudo da adolescência no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento.
- Identificar as principais características da adolescência.
- Analisar as implicações do conhecimento da Psicologia da Adolescência na prática educativa.
- Identificar as principais Teorias da Aprendizagem e suas implicações psicopedagógicas;
- Relacionar aprendizagem e desenvolvimento como componentes de um estudo global do adolescente em situação educativa.
- Aplicar os conhecimentos a situações de ensino/aprendizagem.

2. Conteúdo programático

I. Psicologia e Educação.

1. Objecto e método da Psicologia: a Psicologia como ciência experimental.
2. Correntes actuais da Psicologia.
3. A Psicologia na formação de professores.

II. Psicologia do Desenvolvimento.

1. Teorias do desenvolvimento humano e suas implicações educacionais.
2. Abordagem desenvolvimento psicológico até à puberdade.
3. Abordagem específica do desenvolvimento do Adolescente.
 - 3.1. Introdução à adolescência.
 - 3.1.1. Perspectiva histórica e antropológica.
 - 3.1.2. A Adolescência no ciclo de vida.
 - 3.2. Dimensões do Desenvolvimento na Adolescência.

- 3.2.1. Desenvolvimento físico e psico-sexual.
- 3.2.2. Desenvolvimento cognitivo.
- 3.2.3. Desenvolvimento interpessoal/moral.
- 3.2.4. Desenvolvimento sócio-emocional.
- 3.2.5. Desenvolvimento vocacional e Identidade.
- 3.3. Problemas do desenvolvimento na adolescência.
- 3.4. Desenvolvimento psicológico do jovem-adulto.

III. Psicologia da Aprendizagem.

1. Definição e características da aprendizagem.
2. Principais concepções de aprendizagem e suas implicações educativas.
 - 2.1. Teorias Comportamentais.
 - 2.2. Teoria Humanistas.
 - 2.3. Teorias Cognitivas.
3. Programas de facilitação da aprendizagem.
 - 3.1. Programas de competência de estudo.
 - 3.2. Programas de treino de funções cognitivas.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- BEE, H.- A criança em desenvolvimento, S. Paulo, Harper & Row do Brasil, 1984
- CLAES, M.- Os problemas da Adolescência, Lisboa, Verbo, 1985
- GALLATIN, J.- Adolescência e Individualidade, S. Paulo, Harper & Row do Brasil, 1978
- PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. - O mundo da criança: da infância à adolescência, S. Paulo, Mc Graw Hill do Brasil, 1981
- PIAGET, J.- Os seis estudos de psicologia, Lisboa, Ed. D. Quixote, 1974
- SNOWMAN, B.- Psychology Applied to Teaching, Boston, Houghton Mifflin Company, 1986
- SPRINTHALL, N.; COLLINS, A. - Adolescent Psychology: a Developmental view, New York, Random House, 1984
- SPRINTHALL, N.; SPRINTHALL, R. - Educational Psychology: a Developmental Approach, New York, Random House, 1981
- TAVARES, J.; ALARCÃO, I - Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, Coimbra, Almedina, 1985

METODOLOGIA DO ENSINO DA HISTÓRIA

Docentes: Dr^a Maria Manuela Alves
Dr. Luís Alberto Marques Alves

FINALIDADES

Pela aplicação dos princípios da andragogia, utilização da dinâmica de grupo e articulação da teoria com a prática, o esquema programático visa as seguintes finalidades:

- fazer reflectir criticamente sobre as linhas de força das concepções pedagógico-didácticas actuais;
- promover a aquisição de competências exigidas pela função docente a nível do saber, do saber - fazer, do saber - ser e do saber - mudar;
- favorecer a aquisição de uma atitude científica face à realidade pedagógica;
- integrar os conhecimentos numa perspectiva interdisciplinar;
- facilitar a auto-formação pessoal e profissional.

ESQUEMA PROGRAMÁTICO

1. Introdução.

1.1. Pedagogia e Didáctica.

1.2. As dimensões psicológicas e relacionais da Didáctica.

1.3. Uma metodologia de acção pedagógica.

2. Didáctica da História.

2.1. Finalidades e objectivos educativos da História.

2.1.1. Finalidades educativas e objectivos da História.

2.1.2. Taxonomias e objectivos da História.

2.1.3. Os processos abertos.

2.1.4. Pedagogia com objectivos, Pedagogia por objectivos?

2.2. Os conteúdos programáticos - transmissão e formação.

2.2.1. Currículo, programa, programação.

2.2.2. Perspectiva histórica do ensino da História.

2.2.3. Epistemologia e ensino/aprendizagem da História.

2.2.4. Problemática da selecção e estruturação dos conteúdos.

2.2.5. Critérios para a selecção dos conteúdos.

- 2.3. A estratégia de acção pedagógica.
 - 2.3.1. A problematização das situações.
 - 2.3.1.1. Motivação e aprendizagem.
 - 2.3.1.2. A construção da situação pedagógica.
 - 2.3.1.3. A formulação do problema.
 - 2.3.1.4. A pedagogia das situações e as funções do professor.
 - 2.3.2. Os procedimentos pedagógicos.
 - 2.3.2.1. Questões de terminologia.
 - 2.3.2.2. Os documentos no ensino/aprendizagem da História.
 - 2.3.2.3. O método da descoberta guiada.
 - 2.3.2.4. Métodos de trabalho autónomo.
 - 2.3.3. A comunicação pedagógica.
 - 2.3.3.1. Análise psicossociológica da comunicação na sala de aula.
 - 2.3.3.2. Técnicas de comunicação.
- 2.4. Os recursos didácticos.
 - 2.4.1. Critérios para a escolha de recursos.
 - 2.4.2. A exploração pedagógica dos audio-visuais.
- 2.5. A avaliação.

BIBLIOGRAFIA

A indicação dos títulos seguintes não significa obrigatoriedade de leitura integral. À medida que o programa for sendo cumprido, serão dadas indicações sobre as leituras essenciais.

- ARIP - Pedagogia e Psicologia dos Grupos - L. Horizonte, Lisboa.
- BOURRON, Yves et al. - Audiovisuel - Mode d'emploi - Langage et pratique - Les Éditions d'Organisation, Paris, 1988
- CHAFFER, J.; TAYLOR, L. - A História e o Professor de História - Livros Horizonte, Lisboa
- CHAULANGES, M. - Essai sur le rôle et l'emploi du texte dans l'enseignement de l'histoire - Delagrave, Paris
- CITRON, S. - Ensinar História hoje - a memória perdida e reencontrada - Livros Horizonte, Lisboa, 1990
- COLTHAM, J.; FINES, J. - Objectivos Educacionais para o Estudo da História - uma sugestão de esquema de trabalho - A.P.H., Lisboa
- DINIZ, M.E. - Que História ensinámos? Que História ensinamos? in A.P.H., Boletim n.º7, Novembro, 1983

- DOMINGOS, A.M.; NEVES, I.; GALHARDO, L. - Uma forma de estruturar o ensino e a aprendizagem - Livros Horizonte, Lisboa
- DUPONT, Pol- A dinâmica do grupo-turma - Coimbra Editora, Lda, Coimbra
- GILLET, Pierre - Pour une Pédagogie ou l'enseignant praticien, PUF., Paris, 1987
- JACQUINOT, G. - L'École devant les écrans - ESF, Paris, 1985
- LANDSHEERE, V. e G. De - Definir os objectivos da Educação - Moraes Editora, Lisboa
- LEROY, G. - Le dialogue en éducation - PUF, Paris, 1970
- MARTINEZ-RUIZ et al. - La Historia y las Ciencias Humanas - Didáctica y técnicas de estudio, Istmo, Madrid, 1989
- MINDER, M. - Didáctica funcional - Coimbra Editora, Lda, Coimbra, 1986
- POSTIC, M. - A relação pedagógica - Coimbra Editora Lda, Coimbra, 1984
- ROMANO, C.; SALZER, J. - Enseigner c'est aussi savoir communiquer, Les Éditions d'Organisation, Paris, 1990
- ROSALES, Carlos - Evaluar es reflexionar sobre la enseñanza - Narcea Ediciones, Madrid, 1990
- ZABALZA, M. A. - Diseno y desarrollo curricular - Narcea Ediciones, Madrid

Nota: Bibliografia específica será indicada oportunamente.

METODOLOGIA DO ENSINO DA FILOSOFIA

Docente: Dr^a Maria Florinda Albergaria

Dr^a Maria Isabel Aguiar

Finalidades

No pressuposto de que saber e saber ensinar não são coincidentes e de que o uso pedagógico de um não saber não decorre espontaneamente da posse desse saber mas exige, a par de uma fundamentação teórica do acto de ensinar, aquisição de técnicas e processos metodológicos especializados, as finalidades que este programa se propõe atingir são:

- favorecer uma reflexão crítica sobre o acto pedagógico, na perspectiva da filosofia;
- propiciar a integração da informação científica pré-existente no quadro das exigências do ensino da Filosofia;
- estimular a aquisição das competências didácticas requeridas pelo ensino da Filosofia;
- suscitar a emergência de atitudes e competências no sentido da auto-formação futura.

Objectivos

Pretende-se que, no final do curso, o aluno seja capaz de:

- compreender o sentido e a importância do acto pedagógico;
- analisar criticamente o lugar e o papel do ensino da Filosofia no contexto curricular;
- consciencializar as potencialidades interdisciplinares da Filosofia;
- analisar a estrutura, finalidades e conteúdos dos programas, quaisquer que sejam;
- mobilizar os conhecimentos científicos de que dispõe, no quadro das exigências programáticas;
- explicitar as metodologias de ensino mais adequadas à aprendizagem da Filosofia;
- analisar as estratégias e as técnicas utilizáveis no ensino da Filosofia;
- reconhecer a importância da avaliação para o ajustamento da prática pedagógica.

Esquema programático

I. Introdução

A relação pedagógica e os seus elementos: perspectiva psicológica, sociológica e institucional.

II. Didáctica da Filosofia e sua especificidade.

1. A Filosofia no curriculum do ensino secundário.

- 1.1. Fundamentos do ensino da Filosofia.
- 1.2. Problemas do ensino da Filosofia: formação e informação.
- 1.3. Relação da Filosofia com as outras disciplinas.
- 1.4. Programas de Filosofia.
 - 1.4.1. Referência à sua evolução no contexto do Sistema Educativo.
 - 1.4.2. Análise estrutural e crítica dos programas mais recentes.
- 1.5. Finalidades e objectivos.

2. Os instrumentos didácticos em Filosofia.

- 2.1. Planificação didáctica: a articulação de objectivos, conteúdos e estratégias.
 - 2.2. Execução didáctica.
 - 2.2.1. Métodos filosóficos e métodos pedagógicos.
 - 2.2.2. O diálogo em Filosofia.
 - 2.2.3. Estratégias didácticas: a lição, o trabalho de texto, o trabalho de grupo, o trabalho dirigido, os audio-visuais.
 - 2.2.4. Meios auxiliares da didáctica da Filosofia.
 - 2.3. Avaliação: princípios fundamentais e especificidade da avaliação em Filosofia.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Beatriz R. - Filosofia, Pedagogia e Didáctica I e II, Coimbra, Ed. do Autor, 1984 e 1988

CAMPOMANES, César Tejedor - Didáctica de la Filosofía. Perspectivas y Materiales. Ed. S.M., Madrid, 1984

CORTESÃO, Luísa - Avaliação Pedagógica II, Porto, Porto Editora, s/d.

DUARTE, Manuel D. - Objectivos, Estratégias e Avaliação no Secundário. O Exemplo da Filosofia, Lisboa, Livros Horizonte 1982

- ENTONADO, Florentino B. e outros - Didáctica General, Madrid, Anaya, 1983
- FEY, Eduardo - O ensino da Filosofia, Separata "Brotéria", vol. 107, 1978
- GILLOT, Fernando - Do Ensino da Filosofia, Lisboa, Livros Horizonte, 1976
- IZUZQUIZA, Ignacio - La Clase de Filosofía como Simulación de la Actividad Filosófica, Madrid, Anaya, 1982
- NEVES, Eduíno; GRAÇA, Marina - Princípios Básicos de Prática Pedagógico-Didáctica, Porto, Porto Editora, 1987
- POSTIC, Marcel - A Relação Pedagógica, Coimbra, Coimbra Editora, 1984
- SANTIUSTE, Victor; VELASCO, Francisco G. de - Didáctica de la Filosofía, Madrid, Narcea 1984
- SANTOS, Delfim - Da Filosofia, Lisboa, Livros Horizonte, s/d.
- VÁRIOS - États Généraux de la Philosophie, Paris, Flammarion, 1979
- "- GREPH - Qui a peur de la Philosophie?, Paris, Flammarion, 1977

METODOLOGIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA

Docente: Dr. José Queiroz Marques dos Santos
Dr^a Maria Helena Ramalhão Dias Ramalho

1. Finalidades

A preparação dos professores de Geografia implica necessariamente a aquisição de princípios de ordem metodológica que, pela sua importância e actualidade, constituem os fundamentos e as bases de toda a formação pedagógica.

Como a Geografia não constitui uma área isolada do saber, a referida preparação terá que incidir não só nos seus princípios metodológicos específicos, mas também em princípios comuns a outras disciplinas, indispensáveis a um bom entendimento e a um eficaz desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Verifica-se assim a existência de uma diversidade de situações a contemplar num programa de Metodologia da Geografia, cuja finalidade última consiste em procurar que aqueles a quem se destina consigam estabelecer uma articulação coerente entre as Ciências da Educação e a prática pedagógica.

2. Esquema conceptual

O professor de Geografia deve possuir um conjunto de conhecimentos de natureza pedagógica que, ao serem postos em prática, possibilitem o desenvolvimento de actividades conducentes à formação dos educandos.

3. Objectivos

- Reflectir sobre a actividade profissional do professor de Geografia.
- Reflectir sobre o valor formativo da Geografia.
- Analisar o estatuto da Geografia enquanto disciplina curricular.
- Dominar os fundamentos de natureza psicológica e sociológica que servem de apoio a uma Pedagogia geográfica.
- Analisar o contributo da Geografia para a Educação Ambiental.
- Dominar os conhecimentos relativos aos conteúdos geográficos inerentes aos planos de estudos.
- Integrar os conteúdos geográficos no todo dos programas, valorizando os aspectos interdisciplinares e transdisciplinares.
- Diferenciar os métodos e as técnicas utilizadas no ensino da Geografia.

- Participar em trabalhos conducentes à aplicação dos recursos mais frequentes utilizados no ensino da Geografia.
- Planificar, tendo em conta os programas de Geografia.
- Comparar estratégias diversificadas no ensino-aprendizagem da Geografia.
- Aplicar técnicas de expressão e comunicação utilizadas em Geografia.
- Analisar formas de observação dos alunos na sala de aula.
- Elaborar testes e outros tipos de provas com o fim de serem avaliadas as aprendizagens.
- Interpretar os resultados obtidos nessas provas.
- Mobilizar todos os recursos disponíveis com vista à realização de trabalhos de campo, enquanto actividades interdisciplinares privilegiadas e elementos de desenvolvimentos dos conhecimentos geográficos.
- Desenvolver os conhecimentos, métodos e técnicas adquiridos numa perspectiva de autoformação permanente, enquanto professor de Geografia.

4. Conteúdos

Introdução: Ser professor de Geografia.

I Parte: Valor educativo da Geografia:

- Importância da Geografia no campo formativo.
- Fundamentos de uma Pedagogia geográfica.

II Parte: Organização do ensino da Geografia:

- Programas; articulação; interdisciplinaridade.
- Métodos e técnicas de ensino.
- Planificação da lição de Geografia: objectivos; conteúdos; estratégias; recursos de utilização mais frequente.
- Avaliação: observação e avaliação; tipos de avaliação; elaboração de instrumentos de avaliação; interpretação dos resultados.
- Trabalho de campo.

5. Formas de actuação

Serão analisados os temas constituintes do programa, utilizando-se estratégias variadas que possam dar aos alunos uma visão ampla das diversas formas de actuação de um professor na sala de aula.

6. Avaliação

Proceder-se-á conforme as normas gerais de avaliação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

ALEXANDRE, F. e DIOGO, J. - Didáctica da Geografia, Lisboa, Texto Editora, 1990

BAILEY, P. - Didáctica de la Geografía, Madrid, Editorial Cincel, 1985

BRITO, Raquel S. e POEIRA, Maria de Lurdes - Didáctica da Geografia, Lisboa, Universidade Aberta, 1991

DEBESSE-ARVISET, M. L. - A educação geográfica na escola, Coimbra, Livraria Almedina, 1978

FERNANDEZ, Salvador Aldana - Didáctica de las Ciencias Humanas - Geografía, Alcoy, Editorial Marfil, 1982

GRAVES, Norman J. - La enseñanza de la Geografía, Madrid, Visor Libros, 1985

IBÁÑEZ, R. - Interdisciplinaridad y enseñanza en equipo, Madrid, Ed. Paraningo, 1978

Manual da Unesco para o Ensino da Geografia, Lisboa, Editorial Estampa, 1978

NEVES, Eduíno; GRAÇA, Marina - Princípios básicos da prática pedagógico-didáctica, Porto, Porto Editora, 1987

RIBEIRO, L. - Avaliação da aprendizagem, Lisboa, Texto Editora, 1989

Nota: Bibliografia específica para os assuntos a tratar será comunicada na altura adequada.

METODOLOGIA DO ENSINO DO PORTUGUÊS

Docentes: Dr^a Aida Santos
Dr^a Olívia Figueiredo

A. Objectivos.

Dada a complexidade do ensino/aprendizagem da língua materna, na sua dupla vertente - ensino da língua/ ensino do texto literário -, e considerando o papel predominante da língua materna no ensino em geral, impõe-se uma relação muito estreita entre a teorização de certas problemáticas e a prática pedagógica enquanto objecto fundamental da disciplina em questão.

A presente proposta de programa, destinando-se a futuros professores de Português do ensino secundário (7^o-12^o Anos de Escolaridade), tem como objectivos:

I. Gerais

1. Compreensão do valor formativo - cognitivo e sócio-afectivo do ensino da língua materna.
2. Compreensão da relação da língua materna com o ensino /aprendizagem das outras áreas disciplinares curriculares.
3. Preparação para a actividade docente, através do equacionamento das variáveis complexas do acto pedagógico.

II. Específico.

Preparação para a planificação, execução e avaliação de aulas de Português, com vista a uma gestão competente dos programas nos vários níveis/anos de escolaridade.

B. Conteúdos programáticos.

I. Situação actual do ensino do Português.

1. Problematização dos objectivos do ensino da língua materna.
2. Análise dos programas oficiais.
3. Apreciação crítica de manuais disponíveis.

II. Problemas teórico-metodológicos

1. Curso Unificado.
 - 1.1. A problemática da leitura: texto não literário/texto literário.
 - 1.2. A pedagogia da escrita.
 - 1.3. Instrumentos de análise: gramática de frase/gramática de texto.
2. Cursos complementares.

- 2.1. Relação ensino da língua/ensino do texto literário.
- 2.2. Relação teoria/metodologias.
- 2.3. Didáctica da literatura: géneros literários; periodização.

III. Prática pedagógica.

Planificação de unidades didácticas nos vários níveis do curso unificado e dos cursos complementares.

IV. Avaliação.

A problemática da avaliação na aula de língua materna.

BIBLIOGRAFIA

- BLOOM; HASTINGS; MADAUS - Manual de Avaliação Formativa e Sumativa do Aprendizado Escolar, S. Paulo, Biblioteca Pioneira, 1983
- BÉNAMOÛ, M. - Pour une nouvelle pédagogie du texte littéraire, Paris, Hachette, 1971
- CHARMEUX, E. - L'écriture à l'école, Paris, CEDIC, 1983
- "- La lecture à l'école, Paris, CEDIC, 1975
- FERNANDEZ, A. et alii - Didáctica del lenguaje, Barcelona, Ceac, 1982
- FONSECA, F. I; FONSECA, J. - Pragmática Lingüística e Ensino do Português, Coimbra, Liv. Almedina, 1977
- FRIAS, A.A. - A composição escrita, técnicas de correcção, Coimbra Ed., 1982
- HOSS, M. da C. - Prática de Ensino da Língua Portuguesa, S. Paulo, Ed. McGraw Hill, 1977
- LÉVY-DELPLA, L. et alii - Lecture d'une oeuvre. Paris, Bordas, 1986
- MANSUY, M. - L'Enseignement de la littérature, Paris, Ed. F. Nathan, 1977
- MEDEIROS, J.B. - Técnicas de redacção, Lisboa, Atlas, 1984
- MOIRAND, S. - Situations d'Écrit. Paris, CLE International, 1979
- PETITJEAN, A. - Pratiques d'écriture. Paris, CEDIC, 1982
- PETITJEAN, R. - De la lecture à l'Écriture. Paris, CEDIC, 1984
- PORQUIER, R.; BESSE, H. - Grammaires et didactiques des langues, Paris, LAL, 1984

Nota: Ao longo do curso serão fornecidas indicações complementares de livros e revistas.

METODOLOGIA DO ENSINO DO FRANCÊS

Docentes: Dr^a Odete Santos

Dr^a Rosa Bizarro

1. Metodologia do Ensino do Francês/Didáctica do Francês: que definição?

O que caracteriza a Didáctica, em geral, é a natureza complexa das relações que estabelecem, no seu campo, os elementos necessários à sua legitimação, importados, estes de um conjunto de domínios de saber, no qual a hegemonia pertence, naturalmente, à disciplina de que ela assegura a pedagogização.

Assim sendo, a Didáctica das Línguas recorre fundamentalmente à Linguística e às Teorias da Comunicação, enquanto disciplinas fundadoras da sua legitimidade. Cruzam-se com elas, as disciplinas desempenham um papel instrumental na pedagogização de qualquer domínio de saber: a Psicologia e a Sociologia - as quais, combinadas com a Linguística, constituem respectivamente a Psicolinguística e a Sociolinguística -, a Psicologia Cognitiva, a Pedagogia, etc.

A rede de relações estende-se, depois, pelo recurso às disciplinas que intervêm no ensino do texto: a Literatura, a Semiótica, a Linguística Textual, a Filosofia.

Este leque já tão diversificado de "apports" enriquece-se com os conceitos e noções que sustentam o ensino da(s) Cultura(s) e da Civilização: a História, a Geografia, a História da Arte, a Economia, etc.

O discurso da Didáctica das Línguas surge, assim, como um discurso transversal a esses domínios de saber e é a comunidade de interesses com todos eles que dá unidade ao seu campo e lhe demarca as fronteiras.

2. Objectivos do Curso de Metodologia do Ensino do Francês.

2.1. Colaborar na formação da consciência deontológica que há-de orientar as futuras vidas profissionais dos formandos.

2.2. Formar, no futuro professor, a consciência do valor formativo do ensino/aprendizagem do Francês, Língua estrangeira, na dupla vertente instrumental e cultural.

2.3. Despertar, no formando, a apetência pela autoformação (inicial e contínua), através da gestão e racionalização autónomas do estudo e pesquisa que deverão orientar a sua vida profissional futura.

2.4. Levar o formando a construir o quadro teórico- metodológico específico da Didáctica da Língua estrangeira, em articulação com as restantes áreas das Ciências da Educação que integram o seu plano de estudos do Ramo Educacional, em ordem à consciencialização do porquê das práticas pedagógicas peculiares ao ensino/aprendizagem do Francês.

3. Conteúdos do Curso de Metodologia do Ensino do Francês.

3.1. A componente teórica da Didáctica: a Didactologia.

3.1.1. Enquadramento histórico, económico, sociopolítico e cultural dos diversos modelos pedagógicos do ensino/aprendizagem do Francês, numa perspectiva crítica que opere dentro dos seguintes parâmetros:

- Objectivos.
- Conteúdos.
- Estratégias/actividades.
- Problemática do acesso ao sentido em língua estrangeira.
- Relação pedagógica professor/aluno.

3.1.2. Tendências actuais da Didáctica do Francês: o eclectismo que tende a compatibilizar elementos teórico-práticos saídos dos diversos modelos pedagógicos: modelo tradicional, métodos estruturoglobais (M.A.V.), paradigma comunicacional, pedagogia do projecto.

3.1.3. A introdução da componente cultural e intercultural (perspectiva do Conselho da Europa) no ensino/aprendizagem do Francês

3.2. Áreas teórico-metodológicas.

3.2.1. A prática oral da comunicação, na dupla vertente: recepção e produção.

3.2.2. A leitura na sua relação com a produção escrita:

- Tipos de leitura.
- Tipologia de textos.
- Estratégias de leitura.

3.2.3. A gramática de frase e a gramática de texto.

3.2.4. A Pedagogia do erro.

3.2.5. O ensino/aprendizagem das línguas e das culturas.

4. A componente prática do Curso de Metodologia do Ensino do Francês.

4.1. Compreensão / produção de discursos.

4.1.1. Elaboração de análises de vários tipos de textos orais e escritos.

4.1.2. Aplicação, a textos considerados "documentos autenticos", dos princípios pedagógicos que se lhes adequam.

4.2. Materiais de ensino/aprendizagem.

4.2.1. Elaboração de fichas de leitura, de observação / avaliação de actividades de aula e outras.

4.1.3. Elaboração de exercícios comunicativos e/ou gramaticais.

4.1.4. Construção e exploração pedagógica de materiais audiovisuais.

5. Planificação de unidades didácticas para os vários níveis de ensino/aprendizagem do Francês.

5.1. Elaboração de análises críticas sobre os conteúdos programáticos.

5.2. Definição de objectivos.

5.3. Selecção de itens linguísticos de acordo com os objectivos definidos.

5.4. Selecção de actividades de acordo com as necessidades dos alunos, os objectivos definidos e a personalidade do professor, tendo em vista o desenvolvimento das quatro capacidades de base (ouvir, falar, ler, escrever).

5.5. Selecção de meios auxiliares adequados às actividades escolhidas.

5.6. Encadeamento lógico dentro da lição, dentro da unidade, entre várias unidades.

6. Execução.

6.1. Gestão correcta do tempo, do espaço, do equipamento e dos materiais.

6.2. Desenvolvimento de atitudes sociais com a cooperação e a interajuda.

6.3. Desenvolvimento de capacidades de observação.

6.4. Desenvolvimento de capacidades de reacção a situações imprevistas.

7. Avaliação.

7.1. Objectivos e princípios gerais.

7.2. Avaliação de actividades de compreensão e de produção orais.

7.3. Avaliação através de testes escritos.

BIBLIOGRAFIA

1. BAUTIER, E. et al. - Lignes de force du renouveau actuel en didactique des langues étrangères, Col. DLE, Paris, Clé International, 1986
2. BESSE, H.; GALISSON, R. - Polémique en didactique: du renouveau en question, Col. DLE, Paris, Clé International, 1980
3. DULAY; BURTRAND; KRASHEN - Language Two, New York, Oxford University Press, 1981
4. GLASSION, R. et al. - D'autres voies pour la didactique des langues étrangères, Col. LAL, Paris, Crédit-Hetier, 1982
5. HYMES, D.H. - Vers la compétence de communication, Col. LAL, Paris, Crédit-Hatier, 1984
6. MOIRAND, S. - Enseigner à communiquer en langue étrangère, Paris, Hachette, 1982
7. PORQUIER, R. - Aspects psychologiques de l'apprentissage des langues, Texte d'une conférence organisée en Janvier 1982, à l'université de Compiègne
8. RICHTERICH, R. - Communication orale et apprentissage des langues, Col. F, Paris, Hachette, 1975
9. ROULET, E. - Langue maternelle et langues secondes - Vers une pédagogie intégrée, Col. LAL, Paris, Crédif-Hattier, 1980
10. VERDELHAN, M. - Renouvellement des concepts en didactiques et formation des enseignants de français langue étrangère, "Langue Française", n° 55, Sept. 1992

METODOLOGIA DO ENSINO DO INGLÊS

Docentes: Prof. Doutor Manuel Gomes da Torre
Dr^a Maria João Alveolos
Dr. Alípio Barra
Dr^a Margarida Vilela
Dr^a Julieta Taborda

.Pressupostos

O presente programa parte do princípio de que as restantes disciplinas curriculares científicas já forneceram aos estudantes conhecimentos sobre e domínio da língua inglesa que os capacitem para as implicações deste programa; e que as disciplinas que fazem parte da via educacional contribuem, conjuntamente, para proporcionar aos estudantes formação suficiente em matérias da pedagogia geral e das ciências da educação.

.Objectivos

Em consequência dos pressupostos apontados, os objectivos desta disciplina colocam-se, rigorosamente, dentro das fronteiras que lhe são específicas e são os seguintes:

- a) Informar os estudantes sobre o percurso seguido pelo ensino/aprendizagem das línguas estrangeiras ao longo dos tempos;
- b) Analisar as abordagens e métodos mais recentes numa perspectiva crítica conscientemente construtiva;
- c) Despertar nos estudantes o gosto e a necessidade de uma permanente actualização;
- d) Pôr os estudantes em contacto com a literatura essencial para a abordagem dos temas do programa;
- e) Desenvolver nos estudantes a capacidade de conceberem materiais de trabalho, tais como planos de lição, testes, exames e outras formas de avaliação de conhecimentos;
- f) Familiarizar os estudantes com a teoria e com os meios práticos da avaliação de conhecimentos;
- g) Desenvolver nos futuros professores um esclarecido espírito de independência no sentido de adoptarem as atitudes pedagógico-didácticas mais consentâneas com a sua maneira de ser, com a natureza dos seus alunos e com as condições de trabalho que lhes sejam proporcionadas;
- h) Apelar aos estudantes no sentido de preservarem uma rigorosa deontologia profissional;

i) Analisar com os estudantes os programas de inglês em vigor nas escolas do ensino secundário, familiarizando-os com os respectivos conteúdos;

.Programa

0. O que é a metodologia do ensino (ou didáctica) das línguas vivas estrangeiras:

0.1 Definição;

0.2 Terminologia específica introdutória.

1. História breve dos processos de aprendizagem/ensino das línguas estrangeiras:

1.1 A aprendizagem natural na transmissão das línguas de geração em geração;

1.2 O início do ensino deliberado das línguas estrangeiras:

1.2.1 O ensino do grego aos jovens da aristocracia romana;

1.2.2 A divulgação do latim nas províncias do Império Romano.

1.3 O ensino do latim nas escolas:

1.3.1 Durante a Idade Média;

1.3.2 No Renascimento;

1.3.3 O fim do latim como língua viva.

1.4 A consagração do método da gramática e tradução no século XVIII como corolário de uma longa tradição.

1.5 O século XIX: a continuidade e o começo da mudança:

1.5.1 O reforço do gramaticismo teórico e da análise gramatical;

1.5.2 O desenvolvimento da fonética e da psicologia;

1.5.3 As tentativas inovadoras dos finais do século: o Método Natural, o Método Psicológico (ou das Séries), o Método Fonético, o Método da Reforma.

1.6 O século XX:

1.6.1 O(s) Método(s) Directo(s).

1.6.2 O audiolingualismo behaviorista;

1.6.3 O código cognitivo;

1.6.4 O movimento comunicativo;

1.6.5 Os métodos ditos humanísticos;

1.6.6 O inglês para fins específicos (ESP).

1.7 Os estudos ingleses em Portugal: história e situação actual.

2. Disciplinas subsidiárias da didáctica das línguas vivas estrangeiras:
 - 2.1 A linguística geral;
 - 2.2 A linguística aplicada:
 - 2.2.1 A análise contrastiva;
 - 2.2.2 A análise de erros;
3. A língua materna:
 - 3.1 A transferência da língua materna: -T e +T;
 - 3.2 O papel da tradução: tradução como objectivo, tradução como meio. A retroversão;
4. A gramática:
 - 4.1 Aprendizagem indutiva da gramática;
 - 4.2 A explicitação gramatical (consciencialização da aprendizagem);
5. A cultura e a civilização de L2.
6. Componentes práticas do curso:
 - 6.1 O ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira:
 - 6.1.1 A comunicação: sua caracterização;
 - 6.1.2 O desenvolvimento da competência linguística e comunicativa;
 - 6.1.3 Fases de ensino/aprendizagem;
 - 6.1.4 Tipologia de exercícios;
 - 6.1.5 Os capacidades ('skills') receptivas e os capacidades produtivas.
 - 6.2 Análise dos programas de inglês para o ensino secundário.
 - 6.3 Análise de manuais e outros materiais de ensino.
 - 6.4 Planificação do ensino/aprendizagem:
 - 6.4.1 Planificação a curto, médio e longo prazos;
 - 6.4.2 Definição de objectivos, selecção de conteúdos, estratégias e actividades, desenvolvimento de materiais auxiliares;
 - 6.4.3 Elaboração de planos de aula e de unidade para níveis diferenciados.
7. A avaliação de conhecimentos:
 - 7.1 Princípios e objectivos ;
 - 7.2 Avaliação 'tradicional';
 - 7.3 Avaliação 'objectiva'.

Bibliografia

Nota - A inclusão dos títulos seguintes (considerados essenciais) não significa obrigatoriedade de leitura integral de todas as obras. Pontualmente, à medida que o programa for cumprido, serão dadas indicações sobre as partes de leitura obrigatória.

BRUMFIT, Christopher 1980. Problems and Principles in English Teaching. Oxford: Pergamon.

CANDLIN, Christopher 1983. The Communicative Teaching of English. Longman.

CORDER, S.Pit 1982. Error Analysis and Interlanguage. O.U.P.

DOFF, Adrian 1989. Teach English. A training course for teachers (Trainer's Handbook + Teacher's Workbook), C.U.P.

DULAY, Heidi, BURT, Marina & KRASHEN, Stephen 1982. Language Two. O.U.P.

HARMER, Jeremy 1983. The Practice of English Language Teaching. Longman.

HOWATT, A.P.R. 1984. A History of English Language Teaching. O.U.P.

JAMES, Carl 1972. "Foreign language learning by dialect expansion", in NICKEL, Gerhard (ed.) Papers from the international Symposium on Applied Linguistics. Bielefeld: Cornelsen-Velhagen & Klasing: 1-11

JAMES, Carl 1981. "The transfer of communicative competence", in FISIÁK, J.(ed.) Contrastive Linguistics and the Language Teacher. Oxford: Pergamon.

JAMES, Carl 1980. Contrastive Analysis. Longman.

JOHNSON, Keith 1980. Communicative Syllabus Design and Methodology. Oxford: Pergamon.

JOHNSON, Keith & MORROW, Keith (eds.)1981. Communication in the Classroom. Longman.

LADO, Robert 1980. Linguistics Across Cultures. Ann Arbor: The University of Michigan Press (1ª edição 1957).

LEWIS, Michael & HILL, Jimmie 1985. Practical Techniques for Language Teaching. Hove: Language Teaching Publications.

LITTLEWOOD, William 1983. Communicative Language Teaching. C.U.P.

MACKEY, William F. 1969. Language Teaching Analysis. Longman.

McLAUGHLIN, Barry 1988. Theories of Second-Language Learning. Edward Arnold.

ODLIN, Terence 1989. Language Transfer. Cross-linguistic influence in language learning, C.U.P.

O'MALLEY, J. Michael & CHAMOT, Anne Uhl 1990. Learning Strategies in Second Language Acquisition. C.U.P.

SELIGER, Herbert W. & LONG, Michael H. (eds.) 1983. Classroom oriented Research in Second Language Acquisition. New York: Newbury House Publishers.

STERN, H.H. 1984. Fundamental Concepts of Language Teaching. O.U.P.

WIDDOWSON, Henry 1978. Teaching Language as Communication. O.U.P.

• WILKINS, David 1976. Notional Syllabuses. O.U.P.

METODOLOGIA DO ENSINO DO ALEMÃO

Docente: Dr^a Maria Emília Domingues

I.OBJECTIVO TERMINAL

Aquisição de conhecimentos de carácter teórico-prático que permitam ao futuro professor de Alemão o desenvolvimento de uma prática lectiva correcta.

OBJECTIVOS INTERMÉDIOS

- Reconhecer o papel da Didáctica Específica no conjunto curricular das Ciências da Educação.

- Reconhecer o contributo da disciplina de Alemão para a formação integral do aluno.

- Analisar os problemas do ensino do alemão em Portugal.

- Analisar os conteúdos programáticos do Alemão no ensino secundário.

- Perspectivar criticamente as diversas abordagens e métodos do ensino das Línguas estrangeiras.

- Planificar correctamente as actividades pedagógicas.

- Seleccionar conteúdos, materiais e estratégias adequadas à consecução do referido no ponto anterior.

- Desenvolver técnicas de ensino-aprendizagem para o ensino do Alemão.

- Conhecer processos de avaliação pedagógica.

- Mobilizar os conhecimentos adquiridos numa perspectiva de auto-avaliação e de formação contínua, tendo em vista o desenvolvimento de um estilo próprio.

II.ITENS PROGRAMÁTICOS

1. O ensino das línguas estrangeiras.

1.1. O objecto e a função da Didáctica Específica.

1.2. Métodos e técnicas de ensino.

1.3. O contributo das Ciências da Linguagem.

1.4. As Teorias da Aprendizagem da L2.

2. Perspectivação histórica das abordagens e do métodos no ensino das Línguas estrangeiras.

3. Análise dos objectivos e dos conteúdos programáticos da disciplina de Alemão no Ensino Secundário.

4. Análise de manuais e de outros materiais auxiliares de ensino.

5. Planificação do Ensino-Aprendizagem.

5.1. Princípios orientadores.

5.2. Planificação anual, periodal, de unidade e de aula.

5.2.1. Definição de objectivos.

5.2.2. Selecção de itens linguísticos e sócio-culturais.

5.2.3. Selecção da tipologia dos exercícios.

5.2.4. Selecção de estratégias/actividades.

5.2.5. Selecção de materiais auxiliares.

6. Desenvolvimento da competência linguística e comunicativa.

6.1. Estratégias de interacção.

6.2. Identificação de necessidades de comunicação, intenções e papéis.

6.3. O desenvolvimento integrado das quatro capacidades linguísticas de base.

6.3.1. Capacidades de compreensão (ouvir e ler).

6.3.2. Capacidades de expressão (falar e escrever).

6.4. Os materiais auxiliares de ensino e a sua utilização didáctica.

6.5. Os materiais autênticos.

6.6. A progressão na aprendizagem. A tipologia de exercícios.

6.7. Os aspectos sócio- e interculturais.

6.8. O papel da gramática.

6.8.1. Análise de vários modelos.

6.8.2. A progressão gramatical.

7. O Trabalho Projecto e a interdisciplinaridade. Os "Baukästen".

8. Avaliação do processo ensino-aprendizagem.

8.1. Avaliação e testagem - princípios orientadores.

8.2. Funções da avaliação.

8.3. Tipos de avaliação.

8.4. Tipos de testes.

8.5. Elaboração de matrizes.

8.6. Elaboração de testes.

- 8.7. Correção de testes.
8.8. Recolha de tratamento de dados.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- BADEGGER, M. - Kontaktschwelle Duetsch als Fremdsprache Europarat (hg)
- DESSELMANN, G. und Hellmich, H. - Didaktik des Fremdsprachenunterrichts (Deutsch als Fremdsprache), VEB Verlag Enzyklopädie Leipzig, 1986
- EDELHOFF, C. - Authentische Texte im Deutschunterricht München, Hueber, 1987
- GREWER, KRUGER, NEUNER - Übungsformen und Sequenzen im Kommunikativen Deutschunterricht, Berlin, Langenscheidt, 1981
- HAROLD, S. MADSEN - Techniques in Testing, Oxford University Press, 1983
- HENRICI, Gert - Studienbuch: Grundlagen für den Unterricht im Fach Deutsch als Fremd- und Zweitsprache (und anderer Fremdsprachen). Paderborn, Ferdinand Schöningh, 1986
- MEESE, H. - Systematische Grammatikvermittlung und Spracharbeit, Berlin, Langenscheidt, 1984
- MEYER, Hilbert - Unterrichtsmethoden I: Theorieband/ II: Praxisband. Frankfurt am Main, Scriptor Theorieband 1987 / Praxisband 1987
- NEUNER, G.; EDELHOFF, C. e outros - Didáctica das Línguas estrangeiras, Lisboa, Apáginastantas, 1985
- "- Übungstypologie zum Kommunikativen Deutschunterricht, Berlin und München Langenscheidt, 1981
- PIEPHO, H. E. - Deutsch als Fremdsprache in Unterrichtsskizzen Heidelberg, Quelle und Meyer, 1980
- RICHARDS, J.C.; RODGERS, T.C. - Aproaches and Methods in Language Teaching. Cambridge language teaching library, Cambridge, 1986

ÍNDICE

Introdução às Ciências da Educação	1
Organização e Desenvolvimento Curricular	3
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	6
Metodologia do Ensino em História	8
Metodologia do Ensino em Filosofia	11
Metodologia do Ensino em Geografia	14
Metodologia do Ensino em Português	17
Metodologia do Ensino em Francês	19
Metodologia do Ensino em Inglês	23
Metodologia do Ensino em Alemão	28